

COMUNICADO CONJUNTO DO GRUPO DE LITIGANTES CONTRA A TORTURA- PERANTE O MASSACRE NOS COMPLEXOS DO ALEMÃO E DA PENHA, NO RIO DE JANEIRO

Nós, membros do grupo de litigantes contra a tortura na América Latina, expressamos nossa profunda preocupação e solidariedade com as comunidades dos complexos do Alemão e da Penha, na Zona Norte do Rio de Janeiro, e com as organizações e defensoras dos direitos humanos que acompanham a situação no território.

De acordo com números atualizados pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, pelo menos 132 pessoas foram mortas e 81 detidas durante a operação policial realizada em 28 de outubro. Várias fontes confirmam que a operação envolveu aproximadamente 2.500 agentes de segurança e foi realizada em áreas densamente povoadas, afetando diretamente residentes, famílias e serviços básicos. As consequências humanas e comunitárias desse desdobramento são extremamente graves.

Manifestamos nossa preocupação com a falta de independência na investigação desses fatos, uma vez que o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro participou da operação. Por isso, apoiamos a exigência das organizações e defensoras locais para que a Polícia Federal assuma a investigação, garantindo perícias e procedimentos independentes, imparciais e tecnicamente rigorosos, que permitam esclarecer responsabilidades e prevenir a impunidade.

Da mesma forma, alertamos sobre a criminalização de residentes e pessoas defensoras dos direitos humanos que, em um esforço humanitário e comunitário, se ofereceram para localizar e retirar os corpos de pessoas desaparecidas em áreas florestais.

A Polícia Civil anunciou que essas pessoas seriam processadas por “fraude processual”, o que representa uma grave tentativa de silenciar, intimidar e obstruir o trabalho daqueles que buscam a verdade e a recuperação digna de seus entes queridos.

Estamos profundamente preocupados com o uso político deste massacre para promover discursos e reformas regressivas. O governo do Rio de Janeiro e porta-vozes estaduais estão utilizando esses fatos para fortalecer a narrativa do “narcoterrorismo”, esse discurso, além de simplificar a complexidade do conflito urbano, justifica a militarização permanente e naturaliza a violência desproporcional contra comunidades racializadas sob o pretexto da segurança.

Exigimos:

- Investigações imediatas, independentes e eficazes sob a responsabilidade da Polícia Federal, sem interferência das autoridades envolvidas na operação, com perspectiva intercultural e interseccional.
- Garantias de proteção e não criminalização para moradores e pessoas defensoras dos direitos humanos que atuam em atividades humanitárias.

- A participação de mecanismos e observadores internacionais, incluindo relatores das Nações Unidas e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, para monitorar a situação e as investigações.
- A rejeição firme e articulada a qualquer tentativa de ampliar as legislações antiterroristas que coloquem em risco o protesto social, a ação comunitária e a defesa dos direitos humanos.

A resposta do Estado à violência não pode se basear em massacres, militarização e estigmatização de comunidades historicamente empobrecidas e racializadas. A segurança pública não pode ser construída a partir da brutalidade e do terror. Uma abordagem que criminaliza organizações sociais e defensoras não só é ilegítima, como incompatível com um Estado democrático.

Solidarizamo-nos com nossas companheiras e companheiros defensores/as dos direitos humanos no Brasil e colocamos nossas capacidades de litígio e articulação internacional à disposição deste esforço coletivo pela verdade, justiça e dignidade.

Organizações signatárias:

1. Centro de Direitos Humanos Miguel Agustín Pro Juárez (Centro Prodh) - México
2. Centro de Estudos Legais e Sociais (CELS)- Argentina
3. Coordenadora Nacional de Direitos Humanos (CNDDHH) - Peru
4. Comité Permanente pela Defesa dos Direitos Humanos (CDH Guayaquil) - Equador
5. Comissão Colombiana de Juristas (CCJ) - Colômbia
6. Conectas Direitos Humanos - Brasil
7. Cristosal - América Central
8. Fundação Comitê de Solidariedade com os Presos Políticos (FCSP) - Colômbia
9. Sociedade de Profissionais pela Dignidade e Justiça (IUS Dignitias) - Guatemala
10. Organização Mundial Contra a Tortura (OMCT)
11. Xumek - Argentina